



Os economistas e a tortura do verdadeiro moto-contínuo

A classe média brasileira — a massa trabalhadora brasileira — entrega hoje ao Governo nada menos de três meses (ou mais) de seus salários ou ganhos conseguidos em um ano. Por que? Ora — é a resposta — porque o Governo, precisa investir em usinas, estradas, telecomunicações etc. Isto é, em infra-estrutura. Para que? Para a economia poder crescer, para abrir oportunidades de investimentos para as empresas. Então, conclui-se: o povo brasileiro tem mesmo que apertar o cinto, ficar sem assistência médica, sem educação, sem alimentação, porque falta recursos para atender a todas essas necessidades. E para que tantos investimentos? Nas últimas décadas, o objetivo era basicamente passar a produzir, aqui dentro, produtos que importávamos, com gastos de dólares que não tínhamos, aumentando a dívida externa e, frequentemente, quando os dólares escasseavam ou os credores apertavam, jogando o País em uma crise.

Essa explicação para a necessidade de a classe média e a massa trabalhadora apertarem os cintos, se contentarem com baixos ganhos, transferirem para o governo (via impostos) ou empresas (via lucros, subsídios, salários baixos) parte de sua renda ainda persiste? Não. A partir de 1974, o País fez imensos investimentos para reduzir as importações de aço, metais não ferrosos, petróleo, fertilizantes, papel, celulose, máquinas e equipamen-

tos etc. substituindo-os pela produção local. Hoje, o País é praticamente auto-suficiente, como o próprio (novo) Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, o reconhece, ao lembrar que o Brasil substituiu 95 por cento das importações. Mas, surpresa das surpresas, acreditam que isso é mal para o Brasil. Por que? Porque antes — dizem — quando havia necessidade de substituir importações, as empresas investiam, montavam fabricas, abriam linhas de produção etc. — porque havia um mercado interno à sua espera. Agora, findo o “processo de substituição de importações”, haveria risco (passe-se) de a economia não crescer mais, porque não haveria possibilidade de as empresas abrirem novos negócios. O que eles propõem, diante desse “impasse”? Que o povo continue de cintos apertados, que os salários continuem comprimidos, que o povo continue sem atendimento de suas necessidades básicas. Para quê? Para sobraarem recursos para as empresas comprarem equipamentos automatizados (gerando desemprego). Para sobraarem recursos para as estatais investirem maciçamente (para quê?). Em resumo, é como se os economistas tivessem inventado um moto-contínuo, para torturar a população brasileira: findo um ciclo de investimentos, sem resolver os problemas sociais, inicia-se outro — para “manter a economia em crescimento”.

Não cogitam, os chamados economistas, “progressistas”, de aproveitar o fato

de País ter-se tornado auto-suficiente, para dirigir os recursos nacionais a um novo tipo de desenvolvimento — que exigiria melhor distribuição da renda, para criar um “mercado de massa” no País, com expansão de setores mais essenciais. E redistribuição da renda se faz com revisão da carga de impostos, com política salarial adequada, com política de emprego adequada (e não com automação intempestiva), com estatais investindo apenas para atender as necessidades reais. E, a curto prazo, com o combate a inflação — ou, se ela não for combatida, com tratamento igual para empresas e trabalhadores: para reajustes mensais de preços, reajustes mensais de salários. Maravilha? Chegou a hora de permitir maiores salários no País? Reduzir a carga de impostos para quem deveria pagar muito menos, de aumentar a carga de impostos para empresas beneficiadas por incentivos e privilégios nos últimos anos “para que investissem”? Reduzir os investimentos das estatais nas suas áreas respectivas? Dirigir os recursos para o atendimento das necessidades básicas da população? Criar até um imposto de renda negativo, isto é, um donativo mensal às famílias de baixíssima renda para que elas possam consumir alimentos, roupas, remédios, como o economista Edmar Bacha, hoje à frente do IBGE, propunha acertadamente anos atrás (e que Reagan, “esse reacionário”, adotou em 1981/ 82 nos EUA)? Chegou a hora, em resumo, de

partir para melhor distribuição da renda, para melhorar o padrão de vida da classe trabalhadora, reduzir a miséria, em um novo “modelo de desenvolvimento” — já que, com a melhor distribuição da renda haveria maior consumo de determinados bens, mais populares, provocando-se o crescimento de determinados setores industriais (e da agricultura), garantindo-se a criação de empregos e a expansão da economia, só que por caminhos totalmente diferentes, isto é, com maior justiça social?

A lógica diz que sim. Que havia chegado a hora de o País, “que substituiu 95 por cento das importações”, no voltar os olhos para o seu povo, e “modernizar” seu capitalismo, cuidando agora dos aspectos sociais — e não das taxas de crescimento do PIB. Mas o que está sendo planejado é exatamente o inverso. Os economistas “progressistas”, agora no poder, dizem, como o Ministro Dilson Funaro, que realmente o País não precisa mais.

É isso que a classe média, a massa trabalhadora, o Congresso Nacional precisam entender: a “nova” política econômica nada tem de nova.

Querem que o povo brasileiro continue na mesma situação, de espoliado agora, sem nenhuma necessidade. Tudo em nome do PIB.

É este o tema fundamental do debate econômico, hoje. Chega de bravatas contra o FMI e adjacências.